

A ilógica equação do crescimento

MIGUEL JORGE

EMPRESÁRIO

A pós analisar os recentes dados do Censo 2000, que confirmaram a sensível melhora dos indicadores sociais do país, o presidente Fernando Henrique Cardoso considerou "ilógico" que o Brasil, na década passada, tivesse aumentado a escolarização e o consumo de bens duráveis, enquanto a renda formal da população não crescera no mesmo período. De fato, é difícil para qualquer brasileiro aceitar a idéia de que, mesmo com tantos investimentos em educação, saúde, saneamento, alimentação etc, o Brasil ainda seja "um país de contrastes".

Mas será que a tendência à generalização e ao pessimismo, tão comum nos brasileiros, sobretudo em época pré-eleitoral, não continua um obstáculo para a sociedade em geral convencer-se de que estamos andando pra frente?

Não há outra razão para que várias incógnitas do crescimento econômico e social brasileiro, não desvendadas pelo IBGE – nem seria a sua tarefa fazê-lo –, tragam mais dúvidas quanto à melhoria da qualidade de vida da população. Convencido de que há algo de errado na metodologia aplicada no Censo 2000, o presidente estranhou ("ou não se consumiu tanto ou não se

ganhou tão pouco") e sugeriu aos pesquisadores que usassem outros métodos para pesquisar a distribuição de renda – os divulgados não seriam compatíveis com os avanços do consumo.

Pelo seu raciocínio, se só 2,4% dos trabalhadores ganham mais de 20 salários mínimos, fica difícil entender ter havido estagnação da renda. Mais complicado ainda, compreender como o consumo aumentou tanto e em tal velocidade em uma década.

Como isso poderia ocorrer num país que usa cada vez mais serviços e equipamentos, no qual o número de televisores e máquinas de lavar passou de 40,7% para 62% dos domicílios, respectivamente, e onde o automóvel é um bem para mais de 82% dos brasileiros?

O raciocínio é claro mas é preciso consultar a teoria do copo d'água meio cheio ou meio vazio para se saber se os números do IBGE deformaram ou não o perfil da realidade brasileira, levando o presidente Fernando Henrique Cardoso a sugerir a prova dos nove.

Ou, então, leiam-se os estudos do chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, para quem "a estabilidade da inflação, com o Plano Real, permitiu que as pessoas marginalizadas do mercado passassem a ter mais acesso ao crédito".

Questão de gosto.

Mas, no conjunto da "obra", não há o que discutir, pois outras pesquisas recentes também mostram que estamos evoluindo em qualidade de vida – vivemos mais e melhor, nossos pobres não precisam mais comer qualquer coisa para sobreviver e nossas crianças frequentam as escolas por mais tempo. "Ainda há nuvens, mas já dá para vislumbrar o sol, a década de 90 não foi perdida", resumiu o presidente, ao analisar os avanços na saúde, que superou a meta de redução da mortalidade infantil da ONU.

Entre 1990 e 2000, graças aos médicos de família, aos agentes de saúde e aos voluntários, salvamos da morte 404 mil crianças com menos de um ano de idade (quase a metade, crianças nordestinas cujos pais viajavam em ônibus e carroças em busca de um médico).

De 48 mortos por mil nascidos vivos, em 1991, a mortalidade infantil desabou para 29,6 mil, no ano passado, 38% a menos em relação à registrada nos censos anteriores – no Sul Sudeste e Centro-Oeste, a média é ainda mais baixa, de 19,7, 20,6 e 21,2 mortes.

Mas os céticos do copo meio vazio dirão que, no Brasil, morrem mais crianças até um ano de idade do que em Cuba (sete para cada mil), no Chile (10,5 por mil) e no Uruguai (14 por mil). Mas isso não elimina o fato

de que avançamos muito nessa área e que isso não foi por acaso e, sim, com políticas públicas adequadas.

O que fez a diferença foi o esforço da sociedade e de governos em saneamento básico, prevenção de doenças, disseminação de hábitos de higiene, maior acesso à água tratada, dieta infantil mais rica e mais acesso a medicamentos.

Segundo o IBGE, a frequência escolar melhorou em todas as faixas etárias: de 7 a 14 anos, 94,9% vão à escola (97%, para o Ministério da Educação) e, 15 a 17 anos, a escolarização subiu de 55,3% para 78,8%.

Pesquisas setoriais baseadas nos resultados do IBGE comprovam que o Brasil vem fazendo muito para alcançar sua graduação de país com menos descontentamento social – pobreza demais – e mais desenvolvimento econômico.

Um exemplo é a mudança no consumo de alimentos, que tanto intrigou o presidente Fernando Henrique: nos últimos dez anos, o consumo de frango saltou 79%, o de massas subiu 40% e o de café aumentou 37,5%, enquanto o feijão-com-arroz perdeu espaço nas grandes cidades brasileiras.

É mais um dado a confirmar, às vezes, que o processo de crescimento econômico e social tem muito de ilógico, sobretudo num país-continente como o Brasil, como nosso presidente afirmou que...